



A sociedade amedrontada: estratégias eleitorais em torno da violência

Luiz Felipe Ferreira Stevanim*

Universidade Federal de Juiz de Fora – Faculdade de Comunicação Social – Programa de Educação Tutorial (MEC/Sesu)

Resumo

O propósito deste artigo é analisar as estratégias discursivas dos candidatos a presidente da República em torno da violência. A investigação se dará a partir dos programas do horário eleitoral gratuito, no período em que a opinião pública nacional se viu amedrontada pelos ataques do crime organizado em São Paulo. A insegurança pública evidencia a falência do Estado de Direito e da efetivação plena do conceito de cidadania. Embora a preocupação com a violência seja uma realidade, é necessário discutir a questão à luz de um contexto de política midiática, em que os discursos ainda revelam marcações ideológicas, mas também demonstram estratégias de propaganda que tentam se aproveitar das situações de comoção popular.

Palavras-chave

Violência; cidadania; estratégias eleitorais

1. Introdução: as contradições do medo

O ano de 2006 foi negativamente inédito para o Brasil, pois a violência urbana atingiu uma dimensão nova do ponto de vista da intensificação dos conflitos: o enfrentamento direto do Estado por grupos criminosos organizados. Os ataques do Primeiro Comando da Capital (PCC) em São Paulo, através de ações direcionadas, perturbaram a ordem pública e evidenciaram a urgência de inserir o tema na agenda política, principalmente do ponto de vista da falência do Estado de Direito como ideal democrático. Para o calendário político, parecia ser inevitável que o debate se desse durante a campanha eleitoral.

Em cenários eleitorais competitivos, é natural que muitos temas sejam discutidos – com destaque para aqueles que parecem mobilizar mais intensamente o eleitorado. Se o voto pode ser um instrumento legítimo para os eleitores resolverem os problemas coletivos e a violência é uma discussão premente, em que medida esse tema é abordado na propaganda dos candidatos?

Trabalho apresentado ao GT Audiovisual, do XII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação da Região Sudeste.

* Graduando da Faculdade de Comunicação Social da Universidade Federal de Juiz de Fora. Bolsista do Programa de Educação Tutorial (PET), financiado pela Secretaria de Ensino Superior (SESu/MEC), que tem como propósito integrar na graduação as atividades de ensino, pesquisa e extensão. Desenvolve estudos na área de política, jornalismo e construção de identidades. Prêmio Vera GianGrande de Iniciação Científica do Intercom 2006, em Brasília.

Orientado pelo Prof. Dr. Paulo Roberto Figueira Leal. Endereço eletrônico: lfstevanim@yahoo.com.br.



Assim se coloca questão de base para a propaganda política contemporânea: a diferença que há entre promessas oportunistas e debates de natureza conjuntural. A reação da opinião pública aos ataques em São Paulo, assim como a outros casos de violência, foi imediata. Portanto, a comoção popular poderia ter sido canalizada para a razão de ser do marketing eleitoral, que é arrecadar votos. Terá sido este o caso das eleições de 2006?

Para a discussão da violência, faz-se necessário distinguir as promessas eleitorais do real exercício de políticas de segurança pública e o quanto as estratégias são definidas a partir dos contextos disponíveis. Tal é o quadro que se apresentou cerca de seis meses antes das eleições de 2006: a emergência da temática da violência, ao lado de discussões que já ocupavam a cena pública, com destaque para a corrupção.

O objetivo desse artigo, portanto, é examinar a presença da discussão da violência na agenda eleitoral e indicar como o tema apareceu no horário eleitoral gratuito. Para isso, parte da análise de como os valores ideológicos se explicitaram nas discussões dos candidatos à Presidência em 2006. No contexto da propaganda política contemporânea, uma questão não pode ser esquecida: como alcançar as reivindicações da população de paz e justiça, a partir da cena política de que dispomos?

2. Aspectos da violência no “Estado de Direito”: falência do conceito de cidadania?

A validade de uma democracia vai além do direito e liberdade dos cidadãos para fazer escolhas, sobretudo de natureza eleitoral. Cidadão não é apenas aquele que vota, mas o que é representado no aparelho institucional e, por isso, tem direito a ser atendido numa vida digna em sociedade. O discurso que legitima o Estado de Direito, desenvolvido na modernidade, enfatiza os aspectos de escolhas individuais, como nas palavras de Robert Dahl (apud LIJPHART, 1999, p.56): liberdade para votar, liberdade de expressar opiniões e liberdade para formar associações (sobretudo associações econômicas). Entretanto, o Estado de Bem-Estar Social, hoje profundamente ameaçado, introduziu em meados do século XX a idéia de direitos sociais do homem, dentre eles o direito à paz e à segurança pública.

A temática dos direitos, entretanto, significou na prática o atendimento da exigência das classes privilegiadas de se manterem afastadas dos pobres. O direito à segurança prevê políticas que “têm por objetivo menos controlar os crimes e a delinquência do que diminuir o medo e a



insegurança das classes dominantes” (MÉNDEZ; O’DONNELL; PINHEIRO, 2000). Há um equívoco fundamental nessas políticas, pois são justamente os setores da população mais pobres os que mais sofrem com a presença da insegurança em seu cotidiano.

O combate ao crime assume o significado de extermínio do criminoso – no caso brasileiro, associado pela opinião pública ao negro, pobre e morador da periferia. Essa visão é apenas uma das faces do preconceito difundido no senso comum como visão hegemônica. A negação do “outro”, visto como estranho, é prática comum no ideário moderno e nos meios de comunicação, que foram os responsáveis principais por sua expressão. Para o jamaicano Stuart Hall (2002), é assim que se afirma a identidade moderna. Já o polonês Zygmunt Bauman, ao falar de *pós-modernidade*, mas que poderíamos chamar também de contemporaneidade, lembra que:

“Alarmes contra assalto, bairros vigiados e patrulhados, condomínios fechados, tudo isso serve ao mesmo propósito: manter os estranhos afastados. (...) As pessoas que cresceram numa cultura de alarmes contra ladrões tendem a ser entusiastas naturais de prisão e de condenações cada vez mais longas.” (BAUMAN, 1999, p.131)

O mais grave é que a mesma ideologia está presente também no “outro” lado, o que potencializa a idéia de “guerra” generalizada. Conhecedora do problema, especialmente no Brasil, Alba Zaluar (1996) aponta um comportamento nos grupos de jovens infratores estudados por ela de “interiorização de uma ideologia moderna”. São grupos que estabelecem um contrato informal de ação, mas nos quais impera a lógica da sobrevivência segundo a qual “cada um luta sozinho para defender-se de todos” (ZALUAR, 1996, p.110). Dessas observações de Alba Zaluar, podem-se extrair dois aspectos da violência urbana contemporânea: o envolvimento de menores, de forma cada vez mais intensa e cada vez mais cedo; e a aparelhagem de grupos criminosos, numa configuração que abrange diversas instâncias de poder, no chamado “crime organizado”.

Se o que se observa é a montagem de uma estrutura característica de um Estado paralelo, é porque o aparato do Estado tornou-se ausente. A negligência do aparelho governamental se dá tanto pela participação de agentes estatais em atos de corrupção e facilitação do crime, como suborno e lavagem de dinheiro, quanto pelo esvaziamento das atribuições do Estado como ideal de “bem público”.

A justificativa para essa degradação do Estado poderia ser facilmente encontrada no que se chama hoje de avanço de políticas neoliberais. Entretanto, o que se percebe também é a ausência de um projeto alternativo, seja pela falência dos ideais socialistas com o fim da Guerra Fria ou



pelo descrédito com as instituições democráticas. Evelina Dagnino (2004) deu o nome de “confluência perversa” ao duplo movimento que abrange tanto a desregulação dos mercados e a intensificação dos problemas sociais quanto a redemocratização que teve lugar em quase toda a América Latina a partir dos anos 1980. Democracia, cidadania e direitos são palavras muitas vezes tomadas como um falatório sem sentido.

A ideologia do Estado-Mínimo configura-se em prejuízo sobretudo dos mais pobres, como mostra Jorge Correa Sutil, ao notar que os mercados passam a ser

“o principal fórum em que os grupos aumentam suas participações e resolvem seus conflitos. Esse fato é má notícia para os pobres. Os mercados não são os melhores lugares para os pobres lutarem por suas causas.” (MÉNDEZ; O’DONNELL; PINHEIRO, 2000, p.295)

A diminuição dos papéis dos governos é acompanhada de um esvaziamento da idéia de política, na acepção original do termo. Abre-se um espaço para a violência, como nas palavras de Hannah Arendt (1994), em que poder é entendido como “capacidade de ação política”. Para a filósofa alemã, poder e violência são conceitos opostos.

No Brasil, a violência urbana tornou-se um fenômeno endêmico a partir da herança de altíssimo custo social do período militar. Nos anos 80, a surpresa dos primeiros seqüestros relâmpagos, os assaltos à mão armada nos bairros de classe média e o crescimento do narcotráfico indicavam um estado de perplexidade que tomaria a opinião pública ao longo dos vinte anos seguintes. O Estado de Direito, falido economicamente com a recessão dos anos 80, teria de enfrentar o colapso da ordem social: populações marginalizadas necessitavam de emprego e condições decentes de saúde, moradia, educação e lazer.

Até a história recente do Brasil, a violência era uma prática perpetrada por agentes do Estado sobre segmentos da população considerados como ameaça. Durante o regime autoritário pós-64, tortura e abusos foram cometidos contra presos políticos, desrespeitando à exaustão os direitos humanos. No contexto de redemocratização, verificou-se uma modificação na natureza da violência: de política, ela passou a ser social, atingindo principalmente as classes desprivilegiadas (MÉNDEZ; O’DONNELL; PINHEIRO, 2000).

A própria polícia desacredita das leis em favor de métodos não-oficiais, embasados por uma “ética militar”, que encara o criminoso como inimigo de guerra (MÉNDEZ; O’DONNELL; PINHEIRO, 2000, p.98). Paulo Sérgio Pinheiro e Guilherme Assis de Almeida argumentam que “o regime ditatorial promoveu a militarização da segurança pública sob o controle do Exército”



(2003, p.32). O fim da ditadura não significou o fim dos abusos autoritários de poder. No caso brasileiro, a polícia, concebida universalmente como instrumento de justiça, ignora as leis às quais está submetida.

Tal evidência aponta para uma solução que é inseparável de reforma e fortalecimento das instituições. Obviamente isso não é tarefa de apenas uma eleição, mas não é possível desatrelar o calendário político-eleitoral de discussões para a solução dessas questões.

Os ataques do PCC em São Paulo, em maio de 2006, transformaram o quadro já banalizado de insegurança ao evidenciar a fragilidade do Estado de Direito. Diversas discussões foram suscitadas na imprensa sobre o tema¹. Há muito tempo, porém, estudiosos do problema, como o cientista social Luiz Eduardo Soares, apontavam para a necessidade de formulação de políticas públicas consistentes na área de segurança². A questão é: como evitar que os debates sobre o tema se dêem apenas no calor dos fatos ao tornarem-se parte de estratégias eleitorais?

3. Construções simbólicas da violência: o discurso midiático e a propaganda eleitoral

A existência de um sentimento difuso, porém permanente, de insegurança é causa e consequência de uma percepção distorcida da violência. O discurso que predomina, tanto na imprensa quanto no senso comum, é a idéia de calamidade pública, o que distancia o cidadão comum de algumas soluções possíveis a partir de atitudes no cotidiano.

Condenado a uma espera interminável de soluções vindas de cima, ao cidadão não resta outra alternativa que não o voto, exercido de tempos em tempos. A redução da idéia de cidadania pelo discurso hegemônico permite a existência do que Guillermo O'Donnell denominou de “democracias delegativas” (1991): uma concepção que se afirma pela exclusão da maioria silenciosa. Como lembra Luiz Eduardo Soares a respeito da apatia da sociedade diante da insegurança pública, “reconhecer a necessidade de mudar o mundo como condição para uma realização específica significa condenar-se à impotência e ao imobilismo” (2006, p.14).

É possível perceber uma relação entre a visão da violência difundida na imprensa e a ampliação na sociedade do sentimento de insegurança? A resposta seria positiva, sob a ótica da

¹ Para citar algumas discussões mais relevantes, o programa Roda Viva da TV Cultura, no dia 15 de maio de 2006, foi ao ar com o tema “Violência em São Paulo”, do qual participaram especialistas em segurança pública e direitos humanos e representantes de instituições de segurança. A “Folha de S.Paulo”, em seu caderno dominical “Mais!” do dia 21 de maio de 2006, ouviu especialistas de diversas áreas, dentre eles: o diretor do Núcleo de Estudos da Violência da USP, Sérgio Adorno; o economista Carlos Lessa; o psicanalista Renato Mezan e a geógrafa Vânia Ceccato.

² Mais recentemente no livro *Segurança tem saída*, de 2006.



teoria do jornalismo baseada no newsmaking, cuja tese fundamental é a construção social do real a partir dos discursos jornalísticos, que são relacionados à ordem social estabelecida, o chamado *establishment*. Para John Soloski (1993), “as ‘estórias’ noticiosas contêm uma moral oculta”, que é a moral representada pelos valores vigentes na sociedade.

A partir do referencial teórico da Escola Crítica de Frankfurt, as análises de Belarmino Costa (2002) conduzem à idéia de que a constituição técnica dos meios possui uma estética própria, fundada na espetacularização do humano e em “aspectos da exploração da emoção e do interesse da audiência” (p.137). Excluídos os preconceitos vigentes em relação a esta matriz crítica de pensamento, o que se aponta é uma chamada “estética da violência”. Até que ponto essa configuração dos meios é sinônimo de distorção da realidade? E em nome de que interesses esse deslocamento se dá?

O discurso da violência, ao passar pela mediação da imprensa, configura-se por uma ótica que nem sempre está preocupada em abranger todas as nuances da questão, embora este seja princípio básico do jornalismo (o consagrado “ouvir os dois lados” ou quantos lados houver). Em que medida isso contribui para o fortalecimento de visões hegemônicas e perpetua um quadro social que favorece conflitos?

Em disputas eleitorais, estratégias de propaganda são definidas a partir das demandas difusas na sociedade, dentre elas preocupações de bem-estar social, que podem fazer diferença, sobretudo, no eleitorado de classe média. Da primeira eleição presidencial direta após o regime militar até o último pleito³, cresceu de forma considerável a preocupação da população com a violência e a sensação de insegurança.

Como mostra Nilson Lage (1998), a respeito de construções discursivas, o marketing político é capaz de definir estratégias de campanha que digam “o que o público quer ouvir” (p.187). “O rigor penal é a solução, a criminalidade o problema proposto” para uma sociedade atônita diante do crescimento da violência.

³ Pesquisa publicada em outubro de 2002, na sessão Tendências da Revista “Opinião Pública”, já mostrava uma situação em que a violência e a falta de segurança tornavam-se preocupações cada vez mais relevantes para o eleitor médio brasileiro. Em 1989, o eleitor esperava por governos que combatessem a inflação e o desemprego, enquanto a segurança pública só era importante para 15,8% dos entrevistados. Já em 2002, a violência passou a ocupar o 2º lugar num ranking dos principais problemas que o país precisa enfrentar, sendo citada por 42% dos eleitores entrevistados. Em pesquisa do IBOPE, realizada em junho de 2006, um pouco antes do início do período eleitoral, registrou-se que para 32% dos eleitores a área de segurança pública devia ser tomada como prioridade pelo próximo presidente eleito.



Desse modo, a questão ganhou importante potencial de apelo discursivo. Na visão da população em geral, político que pune é político forte, segundo Paul Chevigny, mostrando-se este um apelo

“eficiente porque vem em resposta aos medos das elites e das classes médias, enquanto, ao mesmo tempo, intimida aqueles que são mais afetados pela violência da polícia. De fato, esse método é tão eficiente que os políticos algumas vezes exageram os perigos para conservar o apoio dos eleitores pelo medo.”(MÉNDEZ; O’DONNELL; PINHEIRO, 2000, p.67)

Em toda a América Latina, isso sempre foi muito promissor do ponto de vista eleitoral, a lembrar figuras clássicas eleitas para cargos legislativos e executivos que representam um lado duro da justiça, como o senador Romeu Tuma, que encarna o policial durão, e o ex-governador de São Paulo e também ex-aluno da Academia de Polícia Militar, Luiz Antonio Fleury Filho (1991-1995), em cuja gestão se deu o massacre de 111 presos no Carandiru.

Uma abordagem da violência que envolvesse questões como falência do sistema educacional, decadência dos programas de seguridade social e dificuldade no acesso dos pobres à justiça estaria mais próxima da realidade. O que ainda não é suficiente e nem encobre a necessidade de formulação de políticas sólidas de segurança pública, fato apontado por Luiz Eduardo Soares como um “equivoco da esquerda”: pensar que os problemas sociais são causa única do crime e este é problema secundário. “Claro que relações existem, mas a fórmula causa-conseqüência é simplista e falaciosa” (2006, p.112).

Outro risco de uma abordagem que veja na miséria a causa do crime é óbvio: a criminalização da pobreza, que acentua o preconceito que já atinge as classes não-privilegiadas. Mais do que ação desesperada dos pobres, o crime representa falhas das instituições: o narcotráfico, por exemplo, só se efetiva pela montagem de poderosos esquemas com conivência e participação de agentes policiais e pela presença do usuário de drogas de classe média ou alta.

Embora seja possível perceber distinções ideológicas na concepção que políticos e especialistas têm do tema da violência, o mesmo não acontece com a ampla população que decide os resultados nas urnas. Há baixa presença de critérios ideológicos ou que remetam a distinções de fundo político-partidário nas opiniões do eleitor médio a respeito de questões como pena de morte, maioria penal ou porte de armas de fogo⁴.

⁴ Conclusão tomada com base na pesquisa já mencionada, divulgada em “Opinião Pública”, pelo Centro de Estudos da Opinião Pública (CESOP) da Unicamp. Como informa a pesquisa, “as questões da violência urbana ultrapassam as distinções partidárias: a grande maioria dos entrevistados identificados com partidos políticos e mesmo os não



Eleitores típicos da esquerda e da direita tendem a encarar punições duras como solução para o crime. Tal situação pode ser explicada tanto pela diluição de aspectos ideológicos na política contemporânea (GOMES, 2004) quanto pela herança autoritária do regime militar, que estimulou a idéia de guerra contra o mal.

Ainda assim, pesquisas de intenções de voto costumam verificar o grau de preocupação dos eleitores com problemas nacionais – e os resultados têm mostrado haver diferença significativa com base em critérios como classe social e escolaridade (a preocupação com a violência é maior entre moradores da capital, de classe média, com ensino superior⁵). A partir da observação da eleição de 1994, Jorge Almeida já alertava para o fato do marketing político moldar os discursos de acordo com as pesquisas (1996, p.24).

A falência das disputas ideológicas está associada a uma nova configuração das campanhas eleitorais, que tendem a destacar as qualidades do candidato e a sofisticação das produções audiovisuais em lugar de discussões de fundo programático. Paulo Roberto Leal chama a isso uma “nova ambiência eleitoral” (2003). Porém, é necessário questionar qual o potencial real das campanhas para conquistar votos.

Já uma vez essa questão foi abordada por Thomas Holbrook (1996) em trabalho significativamente intitulado: “Do Campaigns Matter?” – que poderia ser traduzido em: Afinal, as campanhas fazem diferença? Podem fazer, porém de modo mais limitado do que usualmente se pensa e acompanhando as tendências gerais do período, ao lado de fatores exógenos, como os fatos ocorridos durante a campanha e os valores preexistentes na sociedade.

Some-se a isso o fato de que a parcela do eleitorado mais exposta às campanhas é a mais informada, o que para Habermas (1984) significa a mais decidida. Desse modo, mais sujeita às informações dos meios jornalísticos e às disputas do horário eleitoral gratuito está a seleta parcela dos eleitores que constituem a opinião pública, que não corresponde à opinião de todos, mas principalmente de segmentos escolarizados e das classes dominantes.

A influência sobre o universo total dos eleitores em geral se dá de forma indireta, por disseminação ou pela recorrência das discussões, tanto no agendamento da imprensa quanto nas comunicações interpessoais, pressupostos já presentes na clássica teoria de Jean-Marie Domenach (1963). A chance, portanto, de um único tema, ainda que prioritário como a segurança

identificados apóiam a adoção da prisão perpétua e o uso do exército no combate à violência”. O mesmo para as questões: pena de morte e porte de arma de fogo.

⁵ Dados da pesquisa do IBOPE realizada entre os dias 5 e 7 de junho de 2006.



pública, ser o responsável pela eleição de um candidato é rara – a não ser em uma situação de ampla comoção popular, como o caso da segunda eleição de George W. Bush diante da onda antiterror que se espalhou nos Estados Unidos após o dia 11 de setembro de 2001. Nesse caso, o medo foi decisivo nas urnas.

Nas eleições presidenciais brasileiras de 2006, diante da presença de temáticas da hora como os escândalos de corrupção que envolveram o partido do presidente, outras abordagens, de ordem programática, ficaram em prejuízo. Entretanto, debates ideológicos e discussão de propostas, ainda que não tenham grande apelo ao conjunto do eleitorado, podem fazer diferença para os formadores de opinião. Em relação à questão da segurança pública, qual terá sido o teor das abordagens dos candidatos à presidência? E em que medida isso ajuda o eleitor a decidir sobre o candidato no qual irá votar?

4. O tema da violência no horário eleitoral: análise das abordagens dos presidenciais

Entre os estudiosos da propaganda política contemporânea, a idéia de aproximação com a publicidade comercial já está consolidada. Esse deslocamento de sentido constitui um dos aspectos do processo de transformação da esfera pública: de intelectual, o público passou a ser consumidor.

A definição inicial de esfera pública foi dada por Jürgen Habermas, a partir de uma cultura burguesa de discussão e esclarecimento, herança do Iluminismo. O que se percebe hoje, através da predominância de uma realidade mediada, é o que Wilson Gomes chama de “esfera pública espetacular e midiática” (p.204).

No âmbito da propaganda política, há quase um consenso entre os estudiosos contemporâneos de que ela é hoje muito mais visual do que conceitual (ainda a partir de uma definição de Wilson Gomes). Em que medida essa constatação é verdadeira? Através da observação do horário eleitoral gratuito, existe algum nível em que residem distinções de fundo ideológico?

Apesar da aparente indistinção entre os candidatos, que se aproximam pelo apelo publicitário que é comum a todos, diferenças podem ser percebidas em relação às escolhas que cada um faz: a opção por uma estratégia em lugar de outra remete a concepções diferentes do problema na essência. José Luiz Fiorin (1988) caracteriza essa relação entre expressão e



conteúdo: na aparência, está o texto a que o público tem acesso; na essência, o discurso que lhe dá sustentação.

A percepção dos sentidos subterrâneos dos textos não é tarefa acessível ao público médio, pois a linguagem trabalha com a simulação, como argumenta Fiorin. Ao considerar o discurso dos presidenciáveis sobre a violência diante dessa teoria de matriz sociolinguística, é possível questionar: existem distinções de sentido entre as abordagens do tema?

No espectro ideológico tradicional, a disposição dos quatro principais candidatos às eleições de 2006 se deu da seguinte maneira: Geraldo Alckmin, candidato do PSDB-PFL, representante de forças de centro-direita; o presidente Luiz Inácio Lula da Silva, candidato à reeleição pelo PT, com apoio de segmentos de centro e centro-esquerda; e dois candidatos, teoricamente mais à esquerda, com menores chances de vitória, mas com relativa projeção nacional: Heloísa Helena do PSOL e Cristovam Buarque do PDT.

No horário eleitoral televisivo, esses dois últimos candidatos somavam pouco mais de dois minutos de apresentação, mas representaram, no conjunto dos debates ao longo do primeiro turno, um contraponto à dicotomia que se estabeleceria no segundo turno entre Alckmin e Lula. Foram responsáveis inclusive por trazerem à tona temáticas que, de outro modo, ficariam reduzidas diante do tema corrupção.

Tal foi o caso da educação para Buarque, ex-ministro do governo Lula. Todas as discussões empreendidas por ele partiram de uma intenção declarada de dar ênfase à educação, o que definiu o caráter sociológico de seus programas, cuja manifestação emblemática era o tom professoral com que o candidato se dirigia ao público. Assim também se deu a abordagem da violência.

O programa de Cristovam Buarque utilizou uma imagem comum ao imaginário da esquerda romântica⁶: duas crianças que tiveram histórias diferentes, Pedro e Paulo, um rico e outro pobre. Um teve oportunidades na vida, enquanto o outro, pressionado pelas condições sociais em que cresceu, acabou envolvendo-se com a criminalidade. A imagem ganha validade ao destacar aspectos sociais da violência, entretanto é falaciosa ao passo que culpabiliza a pobreza como causa do crime, quando se poderia visualizar um conjunto de fatores, inclusive de ordem política, para a montagem, no chamado crime organizado, de esquemas característicos de empresas capitalistas (ZALUAR, 1996).

⁶ Este programa foi ao ar na noite do dia 22 de agosto de 2006.



Assim como Buarque, Heloísa Helena enfatizou as condições sociais que contribuem para aliciar “jovens e crianças para o crime”, o que condiz com o papel assumido por sua candidatura, que teve a marca ideológica mais definida. Por outro lado, a candidata defendeu, tanto no pouco tempo que lhe cabia no horário eleitoral⁷, quanto nas discussões que tiveram lugar na imprensa, uma postura de fortalecimento institucional, através de um pacote de programas formulados pelo governo federal sobre segurança pública, o que constitucionalmente é de responsabilidade das instâncias estaduais.

A atitude de chamar a si o problema pelos agentes públicos pode ser tomada como principal medida de segurança na acepção “pública” do termo. Como lembra Luiz Eduardo Soares (2006), há a necessidade de “um comando unificado para a coordenação-geral de uma política integrada de combate à violência” e não apenas tratar a violência como “caso de polícia” (p.124). Nas reflexões de Correa Sutil, a presença do Estado junto a populações marginalizadas significaria a efetivação do ideal de Estado de Direito (MÉNDEZ; O’DONNELL; PINHEIRO, 2000).

Por seu lado, a imagem de Geraldo Alckmin que prevaleceu durante a campanha foi a de administrador eficiente, de cujo ranço tecnocrático ele tentou se livrar, aproximando-se afetivamente do eleitor. Nas propostas de combate à violência, Alckmin reforçou sua capacidade de gestão do aparelho institucional, porém em sentido diferente daquele visualizado por Paul Chevigny (MÉNDEZ; O’DONNELL; PINHEIRO, 2000): em lugar de um Estado de Direito justo e acessível, Alckmin apresentou a figura da instituição pronta para reprimir o crime.

A abordagem de Alckmin sobre o tema seria a mais delicada por sua proximidade com o estado de São Paulo, atingido pelos ataques do PCC em maio de 2006, pouco depois de passar a faixa de governador para Cláudio Lembo. Dito isso, a configuração que o candidato do PSDB dá ao tema da violência é a mesma que acompanhou toda a campanha: marcar a diferença com o presidente Lula, como na frase “o meu jeito é diferente”, usada com frequência.

Um argumento do qual se serviu é o de que o problema da criminalidade está em todos os estados, o que desvia o foco de São Paulo, culpabilizando o governo federal. Durante todo o horário eleitoral televisivo, Alckmin deu ênfase à tarefa de vigilância das fronteiras, exibindo a mesma imagem de sua visita a postos de guarda abandonados na divisa brasileira, por onde se dá, segundo ele, o contrabando de drogas e armas. Com isso, mais uma vez, Alckmin responsabiliza o presidente Lula.

⁷ Em programa exibido na noite de 19 de agosto de 2006.



No programa dedicado à segurança pública⁸, o candidato do PSDB, depois de apresentar uma suposta irresponsabilidade do governo federal no setor, amplia a discussão para o tema da corrupção, argumentando que a impunidade e o banditismo estão também no partido do presidente. Discussões como essa marcaram toda a campanha, prejudicando a apresentação de propostas e a diferenciação ideológica das candidaturas.

Embora Alckmin valorizasse no horário eleitoral uma posição punitiva, que na essência está ligada a uma ideologia conservadora, o mesmo não acontecia no seu programa de governo, que dava ênfase à idéia de afirmação do Estado do Direito em programas de assistência social junto às classes desprivilegiadas. A postura de firmeza, pela adoção de “um modelo semimilitar no qual o papel da polícia é ‘combater’ o inimigo ‘crime’” (MÉNDEZ; O’DONNELL; PINHEIRO, 2000, p.65), é de grande apelo eleitoral, principalmente junto à classe média, parcela importante do eleitorado de Alckmin, que deseja resultados imediatos para a situação de insegurança.

Lula foi o último dos candidatos a falar de segurança pública⁹. Enquanto Alckmin se esforçou para nacionalizar o tema da violência, responsabilizando o governo federal, Lula adotou movimento inverso: o argumento é de que os ataques do PCC em São Paulo aconteceram pela ineficiência do governo estadual, que durante a gestão de Geraldo Alckmin pactuou com a impunidade, ao obstruir investigações. A atitude de transferência de responsabilidade é comum quando se trata da questão da segurança (SOARES, 2006), que caracteriza conflitos entre as três instâncias de poder (federal, estadual e municipal). Para Lula, o governo federal está fazendo, se não dá certo a culpa é dos estados.

A candidatura Lula em 2006 foi o caso mais emblemático de ocultação do estigma partidário em benefício da imagem pessoal do candidato. A campanha centrou-se nas qualidades individuais de Lula em sua trajetória histórica de “presidente dos pobres”, afastando-se do Partido dos Trabalhadores, desgastado pelos escândalos de corrupção, e do núcleo ideológico que originou Lula, marcadamente de esquerda. Entretanto, é possível apontar um resquício de marcação ideológica, notadamente no que diz respeito a construções discursivas.

As abordagens dos quatro principais candidatos sobre o tema da violência revela diferenças de concepções de uma mesma questão: enquanto Helena e Buarque apontam aspectos sociais da violência, abordagem característica da esquerda, Alckmin responde a uma concepção conservadora de que o Estado deve adotar uma postura repressiva de manutenção da ordem,

⁸ Exibido no dia 19 de setembro de 2006.

⁹ O programa foi exibido em 23 de setembro de 2006.



fundada nos pressupostos de um Estado hobbesiano. Lula, que se coloca entre esses dois pólos, destaca a necessidade de um Estado forte acompanhado da modernização de sua atuação, que segundo ele o seu governo já vem desenvolvendo.

Ao contrário do que se esperaria tanto pela gravidade dos acontecimentos em São Paulo quanto pelo potencial eleitoral do tema, a violência apareceu no horário político em proporção bem menor do que outras questões, das quais se destacam: os escândalos de corrupção em críticas ao presidente; e a temática das privatizações no segundo turno.

A fraca presença do tema pode ser tomada como um sintoma do descaso da classe política pelo assunto, porém parece significar mais do que isso, ao confirmar o argumento de que o discurso da violência se dá apenas como instrumento do marketing político. Nas eleições de 2006, segundo a lei da transfusão de Jean-Marie Domenach (1963) que aponta a característica do discurso publicitário de se utilizar de valores preexistentes na sociedade, outros temas foram percebidos como mais relevantes do ponto de vista meramente eleitoral. Tal evidência está relacionada ao processo, de que falou Alba Zaluar (1996) com propriedade, no qual os seres humanos passam a ser vistos como meios e não como fins.

5. Conclusão: um discurso sem mistificação?

As campanhas eleitorais em geral se pautam pelas discussões que se dão na sociedade ou ainda pelos sentimentos latentes, como a insegurança e os anseios de paz. Para além das estratégias que utilizam essa percepção como instrumento de arrecadação de votos, está a necessidade de atender às demandas da sociedade e incluir de fato o tema da segurança pública na agenda política.

Após as eleições de 2006 e no ano seguinte, os debates se intensificaram, sobretudo na imprensa, pelo crescente dos acontecimentos e pelo horror do assassinato brutal do menino João Hélio, que mobilizou a opinião pública. Mais uma vez, é a sociedade civil como um todo e o público intelectualizado em particular que tem estado à frente das discussões, às quais a classe política acompanha com apatia. Ausência de iniciativa que caracteriza uma situação política que se acostumou a efetivar discussões apenas em âmbito eleitoral.

Enquanto se consolida um cenário político indissociável dos meios de comunicação, nota-se uma modificação na natureza da política, mas distinções ideológicas ainda são perceptíveis no âmbito das construções discursivas. As imagens dos candidatos tendem a se aproximar da



publicidade comercial, interessada em otimizar lucros, porém na definição das escolhas ainda permanecem distinções quanto a concepções sociais.

O que ainda não está clara, mas deve receber ênfase cada vez maior, é a relação da insegurança pública com a falência do Estado democrático de Direito, que se configura como um não-Estado para os mais pobres (MÉNDEZ; O'DONNELL; PINHEIRO, 2000). Nas palavras de Fábio Wanderley Reis (2001), é essa uma ameaça à governabilidade, no sentido de deterioração da política e, portanto, do humano.

Ao buscar saídas a partir do cenário político de que dispomos, a formulação de alternativas passa pela distinção estabelecida por Arendt Lijphart (1999) entre dois modelos democráticos: o consensual e o majoritário. Na resolução de conflitos sociais e no âmbito da representatividade política, um contexto de maior justiça não se constrói pela rapidez das decisões, mas pela prática continuada do consenso.

Diante da arena midiática, este deve ser mais que um discurso. Não é possível encarar o problema da violência longe de discussões a respeito da falência do conceito de cidadania. Aí está pauta importante para jornalistas, políticos e sociedade em geral.

6. Referências Bibliográficas

ALMEIDA, Jorge. *Como vota o brasileiro: perfil ideológico do eleitor e evolução do voto nas pesquisas de opinião de 1994*. São Paulo: Xamã, 1996.

ARENDT, Hannah. *Sobre a violência*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.

BAUMAN, Zygmunt. *Globalização: as conseqüências humanas*. Tradução de Marcus Penchel. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1999.

COSTA, Belarmino Cesar Guimarães. *Estética da Violência: jornalismo e produção de sentidos*. Campinas, SP: Editora Autores Associados; São Paulo: Editora UNIMEP, 2002.

DAGNINO, Evelina. Sociedade civil, participação e cidadania: de que estamos falando? In: MATO, Daniel (coord). *Políticas de ciudadanía y sociedad civil em tiempos de globalización*. Caracas: FACES, Universidad Central de Venezuela, pp. 95-110.

DOMENACH, Jean-Marie. *A propaganda política*. Tradução de Ciro T. de Pádua. São Paulo: Difel, 1963.

GOMES, Wilson. *Transformações da política na era da comunicação de massa*. São Paulo: Paulus, 2004.

FIORIN, José Luiz. *Linguagem e Ideologia*. São Paulo: Ática, 1988.

HABERMAS, Jürgen. *Mudança estrutural da esfera pública: investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa*. Tradução de Flávio R. Kothe. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.



- HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Tradução de Tomaz Tadeu Silva e Guaracira Lopes Louro. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.
- HOLBROOK, Thomas. *Do campaigns matter?* Thousand Oaks, CA: Sage Publications, 1996.
- LAGE, Nilson. *Controle da Opinião Pública: um ensaio sobre a verdade conveniente*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.
- LEAL, Paulo Roberto Figueira. A Nova Ambiência Eleitoral e seus Impactos na Comunicação Política. *Lumina – Facom-UFJF*. Juiz de Fora, MG: Editora UFJF, v.9, 2003, p.67-77.
- LIJPHART, Arend. *Patterns of Democracy: Government Forms and Performance in thirty-six countries*. New Haven: Yale University Press, 1999.
- MÉNDEZ, Juan; O'DONNELL, Guillermo; PINHEIRO, Paulo Sérgio. *Democracia, Violência e Injustiça: O Não-Estado de Direito na América Latina*. São Paulo: Paz e Terra, 2000.
- O'DONNELL, Guillermo. Democracia Delegativa? In: *Novos Estudos Cebrap*. São Paulo: Editora Brasileira de Ciências Sociais, n.31, out. 1991.
- PINHEIRO, Paulo Sérgio; ALMEIDA, Guilherme Assis de. *Violência Urbana*. São Paulo: Publifolha, 2003.
- REIS, Fábio Wanderley. Brasil ao quadrado? Democracia, Subversão e Reforma. In: XIII Fórum Nacional, Painel V: *Como Vai a Democracia Brasileira?* Rio de Janeiro: 2001.
- SOARES, Luiz Eduardo. *Segurança tem saída*. Rio de Janeiro: Sextante, 2006.
- SOLOSKI, JOHN. O jornalismo e o profissionalismo: alguns constrangimentos no trabalho jornalístico. In: TRAQUINA, Nelson. *Jornalismo: questões, teorias e "estórias"*. Lisboa: Veja, 1993, p. 91-100.
- TENDÊNCIAS. *Opinião Pública*. Campinas, SP: CESOP, v. 8, n. 2, 2002. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-62762002000200009&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 26 fev. 2007.
- ZALUAR, Alba. *Da revolta ao crime S.A.* São Paulo: Moderna, 1996.